

## PARECER JURÍDICO

PROCESSO: PROJETO DE LEI Nº 007/2021  
PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL  
PARECER Nº 035/2021  
REQUERENTE: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES

EMENTA: "ABERTURA DE CREDITO ADCIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 137.400,00 NO ORÇAMENTO VIGENTE".

### 1. RELATÓRIO:

Foi solicitado parecer jurídico acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 007/2021 oriundo do Poder Executivo que trata de abertura de crédito adicional especial.

### 2. PARECER:

O Projeto de Lei visa receber autorização legislativa para que o executivo municipal proceda na abertura de crédito especial no orçamento corrente.

Esclarece a justificativa que esta abertura de crédito é necessária para execução de ações visando à aquisição de materiais permanentes e equipamentos para atender o Abrigo Institucional "Silvia Riva do Carmo", bem como contratar serviços de hospedagem para pessoas em situação de vulnerabilidade social – situação de rua..

A abertura de crédito adicional especial se faz necessária quando não há dotação orçamentária específica, como ocorre no presente caso e como se verifica na Lei 4.320/64, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", que abaixo se transcreve:

*"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento."*

*"Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*"Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo."*

*"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa."*

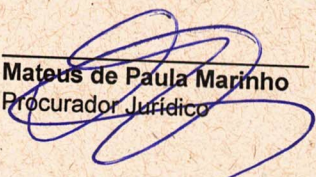
Observa-se que o Executivo propôs no corpo do projeto de lei uma autorização de suplementação da verba descrita em 50% (cinquenta por cento). Art. 6º.

Conforme se vê do projeto enviado pelo poder Executivo é possível esclarecer que o Projeto de Lei nº 007, de 2021, compreende os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional especial, sob o respaldo do art. 41, inciso II, e do art. 43 da Lei no 4.320, de 1964.

### CONCLUSÃO:

Ante o exposto, em atendimento à solicitação de parecer pela Presidência, **OPINAMOS** pela regular tramitação do presente Projeto de Lei, cabendo ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito.

É o parecer. Guaçuí-ES, 08 de abril de 2021.

  
Mateus de Paula Marinho  
Procurador Jurídico

